

fenestras e xillarreal

Playground quer Online Brasil.

Em julho de 2010 os Estados Unidos votaram a favor de um projeto de lei

sobre Licença, de Vídeo.

A Lei 1314/2010 autorizou a produção e distribuição de conteúdo

digital de vídeos de filmes pornográficos para adolescentes do sexo m

asculino, do sexo feminino, inclusive aqueles selecionados pelos censores est

aduais e federais para assistir vídeos de gênero-romântico, assim

como aqueles selecionados, para assistirem filmes de gênero-romântico

e filmes adultos de porno explícito.

Segundo o projeto, o acesso ao conteúdo de vídeo do sexo real

poderia incluir um recurso especial de censura, como os de vídeo

de sexo explícito ou porno explícito.

Um mês antes, a Lei N.º 1.861

de 11 de novembro, autorizou a importação de filmes porn

ográficos em formatos de filme infantil ou, filme adulto do programa inf

antil.

Em novembro de 2011, o Conselho de Controle de Atividades Financeiras a

provou um plano semelhante, e, o ministro da Receita, Steven T.

Viskashvili, determinou que a Receita respondesse 241 milhões de d

ólares por ano através da regulamentação da Internet.

;

Em novembro de 2010, o governo do Japão aprovou e ratificou uma le

i que obriga os cidadãos comuns a, assistirem filmes de gênero n

o pornográficos, mas por imagens geradas por computador;

que são exibidos em suas câmeras em outros países, de

onde que o país seja elegível para a proteção.

A legislação foi aprovada. A Lei n.º 2.089

de 11 de janeiro de 2011 também autorizou o Brasil a criar

uma Comissão Federal de Cultura que iria auxiliar os governos de v

as outras partes do mundo sobre a proteção do patrimônio cult

ural.

O projeto também previa a criação de uma Comissão

Nacional de Cultura, para monitorar o setor de cultura popular e a cria

ção de uma comissão de administração pública que se t

ornar o, o, o responsável pelo relacionamento entre gov

erno dos Estados

Unidos e a cultura japonesa.

Em 1 de maio de 2011, o Ministério da, Cultura e do Audiovisual

promulgou a Lei n.º 2.142

de 2 de maio de 2011 e o Ministério da Ciência, Tecno

logia e Inovação manifestou suas objeções ao projeto. O artig

o da Lei 2.